

ATA DA 143ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DESCENTRALIZADA AMPLIADA
Realizada em 24 de agosto de 2018

Ao vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e dezoito, às 9:00 horas, teve início a centésima quadragésima quarta Assembleia Extraordinária Descentralizada Ampliada do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA - PE**, no Auditório do UNA Hotel, BR 101, Km 187 Sul, Palmares – PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio, titular da Associação de Caratê *Goju-Ryu* de Pernambuco; Tarciana S. Castelo Branco, suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – **ADASE**; Carmem Lúcia Galvão, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – **SDSCJ**; Anair Silva Lins Melo, suplente da Secretaria Estadual de Educação - **SEE**; Natuch Pinto de Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – **CENDHEC**; José Rinaldo Carvalho da Silva, titular da Secretaria de Defesa Social - **SDS**; Hemi Monique Villas Bôas de Andrade, titular do Centro Integrado Empresa Escola de Pernambuco – **CIEE**. Registra-se a presença da equipe técnica do **CEDCA/PE**: a diretora executiva Rosa Barros, Gicélia Souza, Jacqueline Bezerra e Márcia Santos e Eliane Pereira. Registra-se também a presença de Rose Lira, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmares - **COMDECA**; Josenildo Vicente, representante da Secretaria de Assistência Social do município de Palmares; Andressa Galdino, Coordenaria da Infância e Juventude de Palmares e Gessineide Moraes, representante do Conselho Tutelar de Palmares. Par iniciar a assembleia, a diretora executiva Rosa Barros convidou os componentes da mesa de abertura que foi composta pelo Presidente do Conselho, Arnaldo Sampaio, Tarciana Castelo Branco, conselheiro do CEDCA/PE; Josenildo, Vicente, representante da Secretaria de Assistência Social do município de Palmares; Andressa Galdino, Coordenadoria da Infância e Juventude de Palmares e Gessineide Moraes, representante do Conselho Tutelar de Palmares. O presidente Arnaldo Sampaio, abriu oficialmente os trabalhos, saudando a todos(as). Enfatiza a importância do evento como parte das estratégias de descentralização da missão institucional do CEDCA/PE e ressalta a necessidade de conhecer as particularidades de cada região e que é fundamental escutar os conselheiros da região, para sanar dúvidas e fortalecer a rede de defesa dos direitos de crianças e adolescentes de maneira mais sistematizada. Em seguida, a conselheira Tarciana Castelo Branco se apresenta, dá as boas-vindas, justifica a ausência do Conselheiro titular, Mallon Aragão e coloca-se à disposição para lutar junto aos conselhos municipais. Em seguida, Rose Lira, Conselheira do Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes, demonstra satisfação em participar do evento e pede apoio para que os conselheiros municipais, ressaltando que, muitas vezes, eles são desvalorizados e se colocou à disposição do CEDCA/PE. Depois, o representante da Secretaria de Assistência Social do município de Palmares, Josenildo Vicente, apresenta-se e expõe a importância do pleno descentralizado para o fortalecimento dos conselhos municipais e, consequentemente, para as ações voltadas para o público infantojuvenil. Logo após, Andressa Daldino, representante da Coordenadoria da Infância e Juventude de Palmares, salienta os esforços do poder judiciário para minimizar os efeitos das violações de direitos de crianças e adolescentes e se colocou à disposição para esclarecer qualquer dúvida. A conselheira Gessineide Moraes, representante do Conselho Tutelar de Palmares, apresenta-se e fala sobre a trabalho árduo dos conselheiros tutelares, devido aos diversos empecilhos, inclusive de matéria de expediente. Em seguida, o presidente do CEDCA, Arnaldo Sampaio, desfaz a mesa inicial e compõe nova mesa para instalação da assembleia. Convida, para juntos iniciarem os trabalhos, os conselheiros(as): Natuch Lira, Hemi Vilas Bôas, Tarciana Castelo Branco, Carmem Galvão,

Anair Melo. Após a formação da mesa, o presidente inicia a assembleia, convidando a conselheira Tarciana Castelo Branco para ministrar a palestra intitulada: Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direito, Integração Social local, regional e estadual, articulação do Sistema de Garantias de Direitos e mecanismo de atuação em rede. A conselheira inicia seu discurso, citando o art.88 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Destaca a importância de aplicar a Lei, pois considera fundamental questioná-la e sem aplicabilidade não faz sentido as indagações. Salienta a relevância do fundo financeiro para os conselhos municipais, pois dessa forma terão independência para cumprir sua função social de forma mais coerente. Em seguida, o presidente do CEDCA/PE, Arnaldo Sampaio realiza a segunda palestra: CEDCA: atuação, limites e possibilidades. Inicia seu discurso citando o pioneirismo do CEDCA/PE, que foi fundado antes mesmo do ECA. Frisa que o CEDCA/PE é uma importante unidade de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Destaca, também, o papel relevante de todos os conselheiros no processo do Sistema de Garantias de Direitos – SGD. Relata algumas ações do Conselho Estadual entre os anos de 2016 e 2018, tais como o Concurso Arte Livre, a Campanha Leãozinho Amigo da Criança, os cursos realizados pela Escola de Conselhos de Pernambuco e os diversos plenos em que a pauta foi específica para discussão de questões relevantes, como por exemplo situações ligadas a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE. Além dos plenos descentralizados, cujo objetivo é discutir as especificidades das regiões em que foram realizados e enaltece a iniciativa do CEDCA em se aproximar dos municípios para discutir, juntos, as demandas locais. Finaliza, colocando-se à disposição para orientar no que fosse possível. Iniciado o debate, algumas questões são expostas, tais como: alto índice de drogadição na maioria dos municípios, envolvendo, principalmente crianças e adolescentes; dificuldades para os conselhos municipais gerirem os fundos financeiros, negando possibilidades de uma atuação mais efetiva desses conselhos; problemas em lidar com as lideranças municipais; dificuldades em encontrar, através da internet, esclarecimentos sobre dúvidas frequentes; levantamento dos municípios que possuem a lei de criação do Fundo e se os municípios cumprem a Lei; formação técnicas para conselheiros municipais e tutelares, a fim de que possam efetivar as ações necessárias às funções; capacitação para gestores municipais, para conscientizá-los sobre a importância dos conselhos; situação precária das estruturas dos conselhos, principalmente os tutelares. Após a exposição dos pontos, os conselheiros do CEDCA fazem alguns pronunciamentos a respeito do que foi relatado. A conselheira Tarciana Castelo Branco e o conselheiro Natucha Lira, enfatizam a importância de reivindicação de casa de acolhimento e tratamento de drogadição para crianças e adolescentes do gênero feminino e que esse tema deve ser discutido no CEDCA. A conselheira, Anair Melo cita o Programa Atitude e assegura a possibilidade de encaminhar a discussão, também, para a Secretaria de Educação e a Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas – SEPOD. Sobre o mesmo ponto, a conselheira Carmem esclarece que não há casa de tratamento público para drogadição específico para meninas. Sobre a questão dos fundos municipais, foi exposto que é algo recorrente na maioria dos municípios. Informou-se que as formações para os conselheiros tutelares e municipais são de responsabilidade dos municípios, assim como o repasse dos fundos municipais. Após levantamento das principais questões seguem os encaminhamentos. 1.Assunto: Política pública de atendimento as meninas em situação de drogadição. Deliberação: Enviar ao conselho de políticas sobre drogas documento relatando a situação das meninas em processo de drogadição, assim como articular diálogo sobre o tema junto à Secretaria de Saúde e SEPOD para ser discutida a implementação de políticas para atendimento a esse público. 2.Assunto: Captação, gestão e destinação dos recursos dos fundos. Deliberação: encaminhar para o grupo gestor da Escola de Conselhos de Pernambuco a demanda para ser incluída na grade curricular dos cursos oferecidos pela Escola; 3) Assunto: Esclarecimentos com os gestores municipais sobre o repasse para os fundos municipais, fortalecimento da implementação da lei, levantamento do quantitativo de municípios que não

99 possuem lei de repasse dos municípios para o fundo e esclarecer a importância do papel dos
100 conselheiros municipais e tutelares. Deliberação: Solicitar ponto de pauta em reunião da
101 Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE para tratar sobre questões relacionadas ao
102 repasse dos Fundos municipais, assim como reforçar a relevância do papel dos conselheiros
103 municipais e tutelares; 3. Assunto: mecanismos de interlocução e informação das leis
104 instrutivas. Deliberação: Encaminhar pauta para a Câmara de Comunicação do CEDCA e
105 discutir com a Escola de Conselhos de Pernambuco, assim como verificar a possibilidade de
106 abertura de chamamento público para criar site. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença
107 e contribuição de todos e deu por encerrada a Assembleia.
108

109 **Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio**
110 Presidente do CDCA/PE